

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Constituição Federal define o Brasil como uma República Federativa, constituindo-se em Estado Democrático de Direito (art. 1º, CF), formada pela União dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si (art. 2º, CF), tendo como objetivos fundamentais, entre outros, construir uma sociedade livre, justa e solidária, para promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (I e II, art. 3º, CF).

O que tem caracterizado nossa sociedade é o exercício permanente da tolerância e a incansável busca da estabilidade e consolidação do nosso sistema democrático.

Nosso sistema constitucional assegura ao Supremo Tribunal Federal o papel de guardião da Carta Magna (art. 102, CF), fundamentando suas decisões com base na legalidade, na impessoalidade, na moralidade, na publicidade, na eficiência e no interesse público (art. 37, CF), buscando proteger e garantir os direitos individuais e fundamentais dos brasileiros (art. 5º, CF), erguidos sob o Estado Democrático de Direito (art. 1º, CF).

Vivemos momentos turbulentos, pois as críticas de parte da sociedade dirigidas às decisões do Supremo Tribunal Federal têm se caracterizado por agressões e ofensas institucionais, além da difamação e do desacato aos seus componentes, o que é uma afronta ao Estado de Direito, prática incompatível com o Estado republicano e as liberdades democráticas em nosso País, o que subverte perigosamente os pilares que sustentam a ordem constitucional.

Não estamos nos referindo às divergências de opiniões, que são salutares em uma democracia e direito protegido pela Carta Magna. Não é desta liberdade que estamos falando, muito menos de críticas contundentes que se possam fazer, mas que buscam soluções para os graves problemas enfrentados por nosso País. Estamos falando de agressões contra nossa Suprema Corte e seus integrantes, vítimas de atos de hostilidade e ataques a sua honra pessoal.

Isto é inadmissível, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

Estes ataques são veiculados nas redes sociais, por meio de golpes sorrateiros e ações covardes. Eles são realizados no anonimato, na surdina, produto de uma prática política vazia de contraditório, sem que o acusado tenha o direito de se defender. Estamos passando dos limites da convivência civilizada, em que há o primado do direito, para ingressarmos no estado de selvageria, no qual o jogo do vale-tudo passou a ser a regra habitual dos delinquentes virtuais, que se organizam em verdadeiras milícias nas redes sociais.

Estas atitudes infames e indecorosas nos conduzirão à barbárie, à ausência de limites, a ultrapassar a sensatez, para desembocar em condutas criminosas, em que a calúnia, a difamação e a injúria se tornaram as armas preferenciais de combate daqueles que, ao atacarem covardemente a reputação das pessoas, atentam contra a democracia, ao Estado de Direito e ao devido processo legal, porque condenam sem processo e sem provas suas vítimas.

Muitas pessoas que buscam denegrir os Ministros do STF trabalham com as famosas *fake news*. Produzem e distribuem notícias falsas, imagens distorcidas e vídeos montados maliciosamente, aumentando o grau criminoso dos atos que praticam, por serem essas condutas dolosas e mal-intencionadas, por meio das quais seus autores buscam atingir certo resultado, ou seja, a imagem e a honra de determinadas pessoas. Estas ações são planejadas e desenvolvidas com objetivos claros: visam desmoralizar a Suprema Corte e os seus Ministros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para todos nós que acreditamos nos valores democráticos e no papel institucional do Supremo Tribunal Federal de nosso País, consideramos inaceitáveis as condutas que acabei de descrever. Não podemos mais aceitar as ações desses milicianos da Internet que disseminam o ódio e a intolerância, pois estes abusos atentam contra o nosso sistema democrático.

Este é o meu compromisso: combater a intolerância e a violência,

métodos inaceitáveis na prática política de quem tem compromisso com a democracia.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, neste momento faço uso desta tribuna da Câmara dos Deputados para convocar meus pares e as pessoas conscientes e sensatas do Brasil a, juntos, darmos um basta à intolerância política, pois temos que aprender a conviver com a diversidade de ideias e opiniões e das decisões prolatadas pela instituições democráticas do nosso País.

Queremos falar com nossa consciência voltada para o Brasil, utilizando a força de comunicação dos jornais, das emissoras de rádio e televisão, da *TV Câmara* e das redes sociais. Unidos, aglutinaremos um conjunto de forças políticas e democráticas em defesa da Suprema Corte do nosso País.

Portanto, conclamamos os diversos segmentos da sociedade civil e os partidos políticos brasileiros para defendermos os valores democráticos de nossa sociedade.

Neste momento, não podemos nos furtar a esta responsabilidade, pois quem cala consente. Não podemos consentir que tais ataques sejam desferidos contra o STF. Como cúpula do Poder Judiciário deste País, determinante para a proteção das garantias dos direitos individuais e fundamentais dos cidadãos brasileiros, o STF precisa ser preservado como instituição, para que seus Ministros possam exercer a magistratura de forma imparcial e independente.

Não obstante, é fundamental que se encerrem as constantes agressões disseminadas pelas redes sociais e pelos demais meios de comunicação, pois esses detratores da democracia querem intimidar os Ministros da Suprema Corte, para impor seus interesses políticos e ideológicos.

Ao promulgar a Constituição de 1988, a Assembleia Nacional Constituinte encerrou o período do regime autoritário de nossa história recente, abrindo as portas para a redemocratização do Brasil. Neste contexto, cabe ao STF a missão de impedir que governantes e legisladores, mesmo com a legitimidade adquirida por meio do voto popular, ou de maiorias eventuais, abusem de suas

prerrogativas, buscando consolidar projetos autoritários e populistas de poder, que buscam violar e massacrar os direitos fundamentais e individuais de minorias.

Nos dias de hoje, o grande mal a ser combatido é a intolerância política veiculada nas mídias. Por conta dela, multiplicam-se as agressões na Internet, tendo os Ministros do Supremo Tribunal Federal como um dos seus alvos preferenciais.

Como Parlamentares, estamos acostumados aos embates de ideias discordantes e debates democráticos, sempre procurando respeitar as posições divergentes dos nossos interlocutores. A intolerância não é um valor que cultuamos em nossa prática política, muito menos no interior desta Casa. É por conta desta e de outras convicções que resolvemos censurar e criticar, de forma veemente, as atuais investidas criminosas contra o STF e contra seus Ministros. Não podemos deixar que a intolerância e o ódio vençam as forças democráticas deste País.

Outro dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas, assim se pronunciou o Deputado Constituinte e ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim: *“Na Constituinte, conversávamos com todo mundo, éramos tolerantes no diálogo. Você conversava com qualquer um que estivesse legitimado para estar ali do outro lado da mesa. Hoje, as pessoas não falam com aqueles que não concordam com elas”*.

Que estas palavras do Ministro Nelson Jobim nos sirvam de lição e iluminem nossa caminhada em defesa da democracia e das nossas instituições.

Muito obrigado.